

ATA NÚMERO 169/XII/3ª SL

14.janeiro.2014 – 16h00

Aos 14 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 01, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU – Sétimo relatório de dados estatísticos sobre o número de animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos nos Estados-Membros da União Europeia COM (2013) 859.

- **Apresentação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Maria José Castelo Branco - PSD

5. Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa a um Quadro de Qualidade para os Estágios COM (2013) 857.

- **Apresentação e votação do parecer**
- **Deputado autor do Parecer:** Duarte Marques - PSD

6. Petição n.º 315/XII/3.ª, da iniciativa do Grupo de Acção Teatral “A Barraca” que Informar as instituições de que a forma como a Dgartes apoiou este ano A Barraca corresponde à sua extinção, pois o apoio dado é insustentável. Chamar a atenção para a injustiça do procedimento e tentar alterá-lo com o apoio das diversas instituições que devidamente esclarecidas possam pôr o caso à discussão.

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**

7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audições do Secretário de Estado da Cultura e do Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual para prestar esclarecimentos sobre o apoio à produção cinematográfica no decorrer dos anos de 2012 e 2013, bem como as medidas a tomar no futuro.

- **Apreciação e votação**

8. Comunicação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, da CPLP, sobre o Acordo Ortográfico

- **Apreciação**

9. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO –
Relatório Anual de Progresso sobre as atividades das Empresas Comuns de Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (EC-ITC) em 2012 **COM(2013) 935.**

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer:** PS

- Apresentação do Parecer na Reunião de 4 de fevereiro

10. Projeto de resolução n.º 904/XII/3.^a Suspende a alienação das 85 obras de Joan Miró e determina a sua valorização em Portugal.

- **Discussão em Comissão**

11. Audiência à FENPROF, ASPL, SEPLEU, SIPE, SIPPEB e SPLIU – 16h30

12. Datas das próximas reuniões

Dia 15 de janeiro de 2014 - 14h00

Dia 21 de janeiro de 2014 - 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Presidente da Comissão informou que tinha entrado na Comissão às 11h37, tendo sido distribuído, um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição do Secretário de Estado da Cultura, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o apoio às artes, nomeadamente sobre a abertura dos concursos anuais e pontuais e a situação dos apoios bienais e quadrienais durante o ano de 2014.

Tendo posto à consideração se havia acordo para o mesmo ser discutido e votado na própria reunião, a Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) pediu o seu agendamento para a reunião seguinte, pelo que, não havendo acordo, o requerimento fica agendado para a reunião de 21 de janeiro.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) solicitou que fosse incluída na ordem do dia da reunião a discussão do [Projeto de Resolução 908/XII](#) (PS), *Recomenda ao Governo que suspenda o processo de venda do espólio de Joan Miró, em conformidade com a necessária avaliação do valor real desta coleção e as eventuais mais-valias decorrentes da sua preservação pelo Estado português*, para ser discutido em conjunto com o [Projeto de Resolução n.º 904/XII](#) (PCP), *Suspende a alienação das 85 obras de Joan Miró e determina a sua valorização em Portugal*. Tendo havido acordo, foi incluída na ordem do dia.

O Deputado Miguel Tiago (PCP) solicitou ainda que os pontos 7 e 10 da ordem do dia fossem discutidos seguidos e antecipados para pontos 5 e 6, o que mereceu acordo.

A proposta de ordem do dia, com a inclusão do Projeto de Resolução 908/XII (PS) e com a alteração referida no parágrafo anterior, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata da reunião de 7 de janeiro foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV e tendo o Deputado Miguel Tiago (PCP) informado que não votava por não ter estado naquela reunião.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Iniciativas Legislativas que baixaram à CECC:

3.1.1. O Presidente informou que tinha baixado em 8 de janeiro à Comissão a Proposta de Lei n.º 192/XII - *Procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula a liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro.*

Mais indicou que a mesma era distribuída ao PSD para elaboração de parecer, sendo este apreciado na reunião de 4/2/2014 e entretanto seria notificado o Secretário de Estado da Cultura para fazer a eventual apresentação da iniciativa. Por último, informou que se iria pedir já parecer sobre a iniciativa às entidades do setor.

3.1.2. Referiu, depois, a baixa do Projeto de Lei n.º 480/XII, PCP, *Vinculação dos professores contratados*, em 8 de janeiro, distribuída ao PSD para elaboração de parecer, sendo agendada a apresentação da iniciativa pelo autor para a reunião de 28/29 de janeiro e a apreciação do parecer para na reunião de 4/2/2014.

3.1.3. Na sequência da discussão no Plenário dos Projetos de Deliberação n.º 19/XII, do PS e 20/XII, do PSD e CDS-PP, sobre matérias de educação especial, que baixaram à Comissão sem votação, os autores informaram que o Grupo de Trabalho do Ensino Especial vai consensualizar um texto final conjunto, para ser apreciado na Comissão e depois remetido para votação no Plenário.

3.1.4. O Presidente informou que baixou à Comissão o Projeto de Resolução n.º 890/XII (PSD e CDS-PP) *Recomenda ao Governo a criação urgente de um Grupo de Trabalho sobre a Aplicação do Acordo Ortográfico* e que os autores tinham solicitado a sua discussão no Plenário, conjuntamente com a Petição 259/XII, *Contra o Acordo Ortográfico*, pelo que vai ser feita a comunicação respetiva.

3.1.5. Por último, informou que baixaram os Projetos de Resolução abaixo referidos, do PCP, tendo a Deputada Rita Rato (PCP) indicado que informará posteriormente se pretendem que os mesmos sejam discutidos no Plenário ou na Comissão:

- ✓ PJR 893/XII – Medidas de valorização da Escola Pública;
- ✓ PJR 894/XII - Valorização e reconhecimento efetivo do papel da rede de Ensino Superior Público em Portugal;
- ✓ PJR 895/XII - Medidas extraordinárias que asseguram a contratação de todos os meios humanos necessários à Escola Pública Inclusiva.

3.2. Foi transmitido que a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública solicitou a emissão de parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2012, que foi distribuído ao CDS-PP, sendo a respetiva apreciação sido agendada para a reunião de 28/29 de janeiro. O autor do parecer será o Deputado Michael Seufert (CDS-PP).

- 3.3. Na sequência da autorização da visita ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Laboratório Associado), no âmbito do programa da Ciência, a respetiva relatora, Deputada Elza Pais, propôs que a mesma se realize no dia 5 de fevereiro (4.ª feira), de manhã ou, em 2.ª hipótese, no dia 12, tendo a Comissão consensualizado realizá-la no dia 5.
- 3.4. Foi transmitida a proposta da Ciência Viva de realizar o Café de Ciência, sobre o tema *Cérebro*, conforme deliberado anteriormente, no dia 12 de março (4.ª feira, às 18h), integrado na semana internacional do *Cérebro*, tendo a mesma sido aprovada.
- 3.5. Na sequência do pedido de audiência de Maria José Maya – Presidente da Associação 8 séculos de Língua Portuguesa – foi consensualizado que a mesma será realizada por um “deputado piloto”, em reunião aberta a todos os deputados da Comissão, que será posteriormente indicado pelo PSD.
- 3.6. Tendo sido distribuído o relatório da visita do Grupo de Trabalho do Desporto a Guimarães, no âmbito do Programa *Guimarães – Cidade Europeia do Desporto 2013*, que teve lugar em 16 de dezembro, nenhum Deputado se pronunciou.
- 3.7. Na sequência do pedido de parecer da PAR em relação à concessão de honras de Panteão a Maria Lamas, conforme solicitação do Movimento Democrático de Mulheres, foi consensualizado analisar a matéria na reunião de Deputados coordenadores dos Grupos Parlamentares.

4. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU – Sétimo relatório de dados estatísticos sobre o número de animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos nos Estados-Membros da União Europeia COM (2013) 859.

O parecer foi apresentado pela sua autora, Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

5. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audições do Secretário de Estado da Cultura e do Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual para prestar esclarecimentos sobre o apoio à produção cinematográfica no decorrer dos anos de 2012 e 2013, bem como as medidas a tomar no futuro.

O Deputado Miguel Tiago (PCP) fez a apresentação do requerimento, referindo, em síntese, que a ANACOM, em audição na Comissão de Economia, informou que os operadores de serviços de televisão por subscrição não faltaram às comunicações obrigatórias junto da mesma, mas que as suas obrigações de pagamento da taxa podem não ter sido cumpridas junto do Instituto do Cinema e Audiovisual. Assim, entendeu o Senhor Deputado que não terá havido incumprimento dos operadores, tendo sido o Estado que não obrigou ao cumprimento, pelo que não houve pagamento das verbas relativas a 2013.

Nesta sequência, defendeu que se torna necessário saber quais as medidas tomadas pelo Governo e por que razão não houve pagamentos em 2013.

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) referiu que não obstante o Governo já tenha apresentado uma Proposta de Lei de alteração da Lei do Cinema, o Secretário de Estado da Cultura se disponibiliza para vir à Comissão, pelo que pediu ao Deputado Miguel Tiago que alterasse o requerimento, solicitando a vinda do membro do Governo em separado, sem prejuízo de poderem ponderar no futuro a vinda do Presidente do Instituto.

O Deputado Miguel Tiago esclareceu que requereu 2 audições separadas, pedindo a sua votação autónoma.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) pediu a vinda do Secretário de Estado independentemente da existência da Proposta de Lei e referiu que deve ouvir-se igualmente o Presidente do Instituto, embora tenha realçado que o atual está demissionário.

A Deputada Inês Teotónio Pereira deu acordo à audição do Secretário de Estado, mas não do Presidente do Instituto, defendendo que é o primeiro que tutela a área, pelo que é ele que deve ser ouvido.

A audição do Secretário de Estado da Cultura foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

A audição do Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual foi rejeitada, com os votos contra dos Deputados do PSD e do CDS-PP e os votos favoráveis dos Deputados do PS, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

6. Projeto de Resolução n.º 904/XII/3.^a (PCP) - Suspende a alienação das 85 obras de Joan Miró e determina a sua valorização em Portugal.

A discussão do [Projeto de Resolução n.º 904/XII](#) foi feita conjuntamente com a do [Projeto de Resolução 908/XII](#) (PS), estando a respetiva informação e a gravação áudio da reunião disponíveis nos mesmos.

7. Projeto de Resolução n.º 908/XII/3.^a (PS) - Recomenda ao Governo que suspenda o processo de venda do espólio de Joan Miró, em conformidade com a necessária avaliação do valor real desta coleção e as eventuais mais-valias decorrentes da sua preservação pelo Estado português

A discussão do [Projeto de Resolução 908/XII](#) foi feita conjuntamente com a do [Projeto de Resolução n.º 904/XII](#) (PCP), estando a respetiva informação e a gravação áudio da reunião disponíveis nos mesmos.

8. Audiência à FENPROF, ASPL, SEPLEU, SIPE, SIPPEB e SPLIU – 16h30

A delegação dos representantes das seis organizações sindicais era constituída pelos Professores Maria de Fátima Ferreira, Mário Nogueira, João Louceiro, Pedro Gil, Rui Salvado, Deolinda Figueiredo, Júlia Azevedo, Rosa Sá, Luísa Tomásia Matos Correia, Daniel Melo Rosa e Manuel Monteiro.

Os representantes das organizações sindicais iniciaram a intervenção referindo que querem convencer que a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades para ingresso na carreira docente não tem sentido, posição que é reforçada depois da realização da mesma em 18 de dezembro.

Por outro lado, referiram que na realização da prova houve desrespeito pelos direitos fundamentais e gerais dos docentes e irregularidades várias (cfr. documento disponibilizado na [página da Comissão, na internet](#)), pelo que pedem uma investigação sobre a forma como a mesma decorreu.

Salientaram que só foi prevista uma data para a prova, de que resultou o desrespeito dos direitos dos docentes, nomeadamente, penalizando as pessoas em fase final de gravidez, que

não a puderam fazer e verificando-se conflitos com os professores que se encontravam em situações de licença de maternidade ou paternidade e em internamento hospitalar ou doentes, mesmo com atestado médico. Realçaram que o Ministério da Educação e Ciência não respondeu aos docentes que colocaram antecipadamente várias questões em relação à sua situação.

No que respeita às irregularidades, referiram que o Ministério divulgou um manual com as regras das provas, mas não as cumpriu, tendo sido diversa a aplicação feita ao longo do país, nomeadamente, em termos da hora de início das provas, nas compensações, nos tempos da prova, em casos em que só havia um vigilante, na confirmação ou não dos candidatos, na hipótese ou não de entrada e saída dos candidatos, na existência de portas de salas encerradas, na permissão ou não do uso de telemóveis, no tratamento genérico diferenciado aos candidatos.

Mencionaram ainda a presença de inspetores nalgumas salas, sem se conhecer o seu objetivo e realçaram que se verifica um abuso sobre o trabalho do professor avaliador em relação à avaliação e classificação das provas de colegas.

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) referiu que já lhes chegaram, por várias vias, informações sobre estas questões e que o Ministério cumprirá as decisões dos tribunais. Realçou que o acordo com a FNE, por iniciativa da UGT, foi ao encontro das aspirações de um número significativo de docentes contratados e indicou que respeitam o direito de greve e que também deveria ter havido respeito dos direitos dos que queriam realizar a prova. Por último, indicou que continuarão a acompanhar as situações de violação de direitos, nomeadamente, nos casos de doença e gravidez.

O Deputado Carlos Enes (PS) salientou que a lista de irregularidades é grande e rica, mas que conhecem outras, pelo que vão analisar tudo aprofundadamente. Salientou a falta de respeito em relação aos professores, dando como exemplo a previsão inicial de só se realizar a prova em 3 ilhas dos Açores, quando há 9 ilhas, situação que foi depois ultrapassada.

Manifestou depois o desacordo em relação à prova em geral, porque os professores já têm formação específica e experiência. Por último, referiu que o PS defende o investimento na qualidade da escola pública, nomeadamente, na formação inicial e contínua dos professores e que vão analisar as situações descritas.

A Deputada Rita Rato (PCP) deu relevo à presença das 6 organizações sindicais e à posição conjunta e de unidade dos professores, contratados ou não, contra a prova. Referiu que o PCP é contra a prova, considerando-a um embuste, que não contribui para a escola pública e que consubstancia uma humilhação e desvalorização dos professores.

Realçou que a prova gerou a violação dos direitos fundamentais, em várias situações, nomeadamente quanto aos professores em licença de maternidade. Salientou, ainda, que o Ministério tem vindo a violar direitos fundamentais em várias situações, dando como exemplo os casos de caducidade dos contratos e o facto de só após a persistência dos professores o Ministério ter cumprido as decisões dos tribunais.

O Deputado Luís Fazenda (BE) realçou a injustiça da prova e a falta de equidade que representa, bem como de inteligência de processos na sua concretização. Referiu a inexistência de justificação em relação à dispensa da prova pelos professores contratados com mais de 5 anos de funções. Indicou que o Senhor Ministro tem vindo a gerar inúmeros conflitos, que se arrastarão a nível judicial e outros e dirigiu uma palavra de incitamento e agradecimento às 6 organizações sindicais.

De seguida, os representantes das organizações sindicais reiteraram que continuarão a fazer tudo para que a prova deixe de existir e referiram que estando agora suspensa, pedem um

debate sobre a mesma e sobre a formação de professores, nomeadamente, sobre a realização de estágio nas escolas. Defenderam que respeitaram em absoluto o direito a que os professores fizessem greve ou não e salientaram que a greve teve uma forte adesão, incluindo por professores a que não se exigia a prova e que não a iam fazer, tendo havido uma grande solidariedade dos professores dispensados da prova e dos do quadro.

Indicaram que não se conhece o acordo com a FNE e que o Ministério resolveu o problema da dispensa da prova abrindo um *site* para os professores a pedirem, sem haver apoio legal para a dispensa. Realçaram que as questões colocadas pelas grávidas e outras pessoas não tiveram resposta da parte do Ministério.

Informaram que na 2.^a feira termina o prazo para o Ministério responder à Comissão Europeia, referindo que o senhor Ministro tem falado em vinculação dos professores, mas defendendo que atento o processo de vinculação anterior, de 600 professores, essa solução não dá resposta ao problema. Por último, enfatizaram a questão da remuneração dos contratados, defendendo que os mesmos não devem ser remunerados pelo índice de base, mas pelo correspondente ao tempo de serviço.

A gravação da audição e os documentos entregues estão disponibilizados na [página da Comissão, na internet](#).

9. Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa a um Quadro de Qualidade para os Estágios COM (2013) 857.

O parecer foi apresentado pelo seu autor, Deputado Duarte Marques (PSD). A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que votaria contra por uma questão de princípio, porque os estágios agravam a precariedade, ao que o Deputado Duarte Marques contrapôs que os mesmos são um complemento de formação e permitem melhor preparação para a entrada no mercado de trabalho.

O parecer foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD e do PS e os votos contra dos Deputados do PCP e do BE, registando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP e do PEV.

10. Petição n.º 315/XII/3.^a, da iniciativa do Grupo de Ação Teatral “A Barraca” que pretendem que a Direção Geral das Artes reveja o apoio financeiro concedido ao Grupo de Teatro “A Barraca” e bem assim o regime legal e a sua aplicação

No âmbito da apreciação da nota de admissibilidade da petição, pronunciou-se a Deputada Gabriela Canavilhas (PS), referindo que o concurso em causa atira a BARRACA para o fim da classificação das várias entidades e bem assim para a extinção deste Grupo Teatral, pelo que manifestou solidariedade com a petição.

O Deputado Luís Fazenda (BE) manifestou, igualmente, solidariedade com a petição. De seguida, foi admitida a petição, por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, PCP e BE, registando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP e do PEV.

Dado que a petição foi distribuída ao PSD, foi informado que será relatora da mesma a Deputada Maria da Conceição Pereira.

11. Comunicação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, da CPLP, sobre o Acordo Ortográfico

O Presidente da Comissão informou que o Deputado Michael Seufert (CDS-PP) tinha solicitado o adiamento deste ponto, pelo que o mesmo seria agendado para a reunião seguinte.

12. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO –
Relatório Anual de Progresso sobre as atividades das Empresas Comuns de Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (EC-ITC) em 2012 **COM(2013) 935.**

A Comissão consensualizou não fazer escrutínio desta iniciativa europeia.

13. Datas das próximas reuniões

Dia 15 de janeiro de 2014 - 14h00

Dia 21 de janeiro de 2014 - 15h00

A reunião foi encerrada às 18:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de janeiro 2014

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Nilza de Sena
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Oliveira
António Cardoso
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
João Prata
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Pedro Lynce
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais
Heloísa Apolónia
Maria Conceição Pereira
Michael Seufert
Odete João

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: